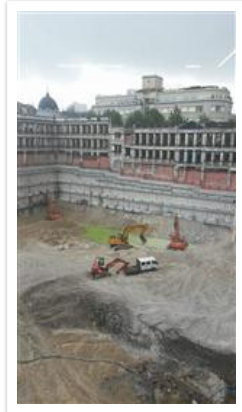




Apoie esta Petição. Assine e divulgue. O seu apoio é muito importante.

## Centro Histórico do Porto: pela recuperação, contra o fachadismo

**Para:** Presidente da Câmara Municipal do Porto; Directora-Geral do Património Cultural; Assembleia da República; Procuradora Geral da República



+++ Sumário +++

Inscrito como Património Mundial da Humanidade desde 1996, o Centro Histórico do Porto constitui, segundo a UNESCO, um exemplo excepcional de tecido urbano autêntico e íntegro. Infelizmente tem sido privilegiada uma política de fachadismo, com intervenções de grande dimensão que comprometem um valor que o Estado Português se comprometeu a salvaguardar. Acresce que não têm sido tomadas medidas para estancar a perda populacional do centro e evitar processos de gentrificação e turistificação. Estabelecimentos memoráveis, alguns até classificados como "lojas históricas," também não têm sido poupados.

Considerando que tais intervenções não poderão repetir-se e que face à violência da crítica de um relatório recente do ICOMOS pode estar em causa um Património que pertence à Humanidade, os signatários dirigem-se:

- Ao Presidente da CMP e à Directora-Geral do Património Cultural, para que (i) restabeleçam a Zona Especial de Protecção em redor da área classificada como Património da Humanidade; (ii) elaborem para ela um plano de salvaguarda detalhado; (iii) instituem um nível de protecção ao edificado que permita exigir dos promotores imobiliários a conservação de elementos relevantes dos interiores, os quais contribuem para o "exemplo excepcional de tecido urbano autêntico e íntegro" que originou a inscrição na lista do Património Mundial; (iv) e garantam, por exercício do direito de preferência, a aquisição de estabelecimentos classificados como históricos;

- À Assembleia da República para que, mediante revisão da legislação em vigor, crie condições para a permanência dos moradores locais e assegure que situações teoricamente excepcionais, tais como demolições integrais e de interiores, não se banalizem;

- À Procuradora-Geral da República, para que verifique se, pelo menos nos casos acima elencados (e que constam do relatório do ICOMOS), se desrespeitaram ou não as leis da República e o Plano Diretor Municipal do Porto.

Os signatários acreditam que as actuais dinâmicas turísticas e económicas representam um potencial que merece ser aproveitado para a recriação de um centro histórico com vida e memória, e que esse potencial está em risco em nome de valores menores e circunstanciais associados ao enriquecimento rápido de alguns.

+++ Texto completo +++

Inscrito como Património Mundial da Humanidade desde 1996, o Centro Histórico do Porto constitui, segundo a UNESCO, um exemplo excepcional de tecido urbano autêntico e íntegro.


Sobreviveu à fúria higienizante que sacudiu a Europa graças a arquitectos visionários como Fernando Távora e foi poupado aos desmandos urbanísticos da década de 80 até à crise de 2008. Décadas de abandono com origem no esvaziamento populacional e numa lei das rendas desfasada das leis do mercado deixaram, porém, marcas profundas de degradação no edificado.

## Assinaram a petição

**715** PESSOAS

[Assinar Petição](#)

O seu apoio é muito importante.  
Apoie esta causa. Assine a Petição.

 Algumas razões para assinar.  
O que dizem os outros signatários

 Tem um blog ou site? Adicione este módulo. Participe na divulgação.

Petição criada por:

[Contactar Autor](#)

Recentemente, sobretudo na segunda década deste século, a Invicta conheceu uma explosão turística associada ainda à classificação “Património da Humanidade” e a um enorme aumento dos voos de baixo custo. Com esta dinâmica, fortíssima, coadjuvada por obras públicas (por exemplo a Porto 2001, Metro do Porto e investimentos com fundos europeus na Sé e em Mouzinho-Flores) e por uma política monetária expansiva, investir no centro tornou-se muito apeteçível.

Lamentavelmente, esta oportunidade de recuperar o Centro Histórico do Porto respeitando os princípios da Carta de Veneza de 1964 e o que se considera serem boas práticas de urbanismo está a ser em boa parte perdida. Tendo em conta um cenário de fundo tão positivo, seria de esperar que a Câmara Municipal do Porto (CMP) fosse mais exigente com promotores imobiliários.

Infelizmente, tem sido privilegiada uma política de fachadismo, com intervenções de grande dimensão que comprometem um valor excecional que o Estado Português se comprometeu a salvaguardar. Acresce que não têm sido tomadas medidas para estancar a perda populacional do centro e evitar processos de gentrificação e turistificação. Estabelecimentos memoráveis, alguns até classificados como “lojas históricas,” também não têm sido poupados.

Trata-se da substituição de um tecido urbano herdado, e que pode e deve ser reabilitado, por uma urbe simpática e bonita na aparência, mas banal e pobre na sua essência. Câmara e Governo optaram por ignorar que, à falta de uma política de recuperação, as forças de mercado têm tendência a focalizar-se em interesses imediatistas que são com aquela incompatíveis.

Não são apenas os signatários que partilham desta opinião: o ICOMOS (Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) publicou em Fevereiro de 2018 uma avaliação esmagadoramente crítica sobre a conservação do Centro Histórico do Porto, considerando que várias intervenções desrespeitam a Convenção para a Protecção do Património Mundial e até a legislação nacional.

Entre os exemplos enunciados pelo ICOMOS destacamos: (i) as demolições massivas no quarteirão do Palácio das Cardosas; (ii) a demolição do interior do edifício do café Luso; (iii) a demolição do interior do edifício d'A Brasileira; (iv) a demolição do antigo edifício do BPI na rua do Bonjardim; (v) a demolição do interior da Pensão Monumental; (vi) a demolição do interior do edifício “Seguros Garantia / AXA”; e (vii) a demolição dos interiores do quarteirão da “Casa Forte.”

Os signatários perguntam-se o que se pretende atingir com intervenções tão agressivas quanto injustificáveis. Reabilitação urbana pode passar por novas construções, mas nunca por demolição de edifícios históricos pré-existentes, ainda que com manutenção da fachada.

Considerando que tais intervenções não poderão repetir-se e que face à violência da crítica do ICOMOS pode estar em causa um Património que pertence à Humanidade, os signatários dirigem-se:

- Ao Presidente da CMP e à Directora-Geral do Património Cultural, para que (i) restabeleçam a Zona Especial de Protecção em redor da área classificada como Património da Humanidade; (ii) elaborem para ela um plano de salvaguarda detalhado; (iii) instituem um nível de protecção ao edificado que permita exigir dos promotores imobiliários a conservação de elementos relevantes dos interiores, os quais contribuem para o “exemplo excepcional de tecido urbano autêntico e íntegro” que originou a inscrição na lista do Património Mundial; (iv) e garantam, por exercício do direito de preferência, a aquisição de estabelecimentos classificados como históricos;

- À Assembleia da República para que, mediante revisão da legislação em vigor, crie condições para a permanência dos moradores locais e assegure que situações teoricamente excepcionais, tais como demolições integrais e de interiores, não se banalizem;

- À Procuradora-Geral da República, para que verifique se, pelo menos nos casos acima elencados (e que constam do relatório do ICOMOS), se desrespeitaram ou não as leis da República e o Plano Diretor Municipal do Porto.

Os signatários acreditam que as actuais dinâmicas turísticas e económicas representam um potencial que merece ser aproveitado para a recriação de um centro histórico com vida e memória, e que esse potencial está em risco em nome de valores menores e circunstanciais associados ao enriquecimento rápido de alguns.

Nuno Quental  
Alexandre Gamelas  
Álvaro Domingues  
Ana Alves de Sousa  
António Monterroso Neri Moreira  
Belmiro Cunha  
Carlos Machado e Moura  
Francisco Queiróz  
Gaspar Martins Pereira  
Germano Silva  
Jorge Mesquita  
José Alberto Rio Fernandes

José Carlos Costa Marques  
José Pedro Tenreiro  
Júlia Lourenço  
Manuel Matos Fernandes  
Nuno Gomes Oliveira  
Paulo Costa Sousa  
Paulo Ferrero  
Paulo Sousa Costa  
Pedro Bacelar de Vasconcelos

[Publicado no Jornal Público de 19 de Junho de 2018]

ASSINAR Petição



Qual a sua opinião?

5 comentários

Ordenar por Os mais recentes

Adicionar um comentário...

**Soares Soares da Luz**

O Patrimonio de uma cidade, é com os seus habitantes e não contra eles.

Não gosto · Responder · 1 · 45 sem

**Pedro JP Sarda**

No mês de Março de 2017 estão registados mais de 3.000 apartamentos e moradias alugados por Airbnb de tipologia T0, T1, T2, T3 e T4  
sto significa que mais de 3.000 apartamentos e moradias de tipologia T0, T1, T2, T3 e T4 não estão disponíveis para moradores permanentes

Não gosto · Responder · 1 · 48 sem

**Pedro JP Sarda**

Em 1981, havia no Centro Histórico 28mil habitantes. Em 2011, eram 9300. Fixaram-se depois alguns, mas a maioria está "de passagem"

Não gosto · Responder · 2 · 48 sem

**Delfim Loureiro**

A maior perda e êxodo da população deu-se até 2003, ainda quase nao se ouvia falar de turismo...

Não gosto · Responder · 1 · 41 sem

**Pedro JP Sarda**

de 2001 para 2011 houve uma perda na ordem de 1/3 da população no centro histórico ... não me parece que essa perda de 1/3 tivesse sido de 2001 para 2003.

Não gosto · Responder · 1 · 41 sem

**Pedro JP Sarda**

É possível a assinatura também por parte de pessoas colectivas? Associações?

Gosto · Responder · 1 · 48 sem

**Pedro Jorge Pereira Eco**

Aquilo que tem vindo a suceder na cidade do Porto, nomeadamente no seu Centro Histórico, revela evidentemente uma profunda falta de sensibilidade urbanística e patrimonial ... em que há uma eliminação quase por completa de elementos históricos e referências culturais fundamentais da cidade já para não falar da política de "apartheid económico" em que se pretende (e tem vindo a conseguir) "limpar" o centro da cidade dos seus "nativos" ... passando o espaço urbano a ser monopólio da indústria do turismo e daqueles que lucram com ela ... é cada vez mais um local de "entretenimento" para quem está disposto a pagar por esse "entretenimento" e cada vez menos um lugar de história, de estórias, de vivências, de gentes ... é um local cada vez mais pobre e "despojado" de alma por muito que o "gourmet" e o "novo-riquismo" turístico nos possa levar a acreditar no contrário.

Gosto · Responder · 1 · 48 sem

[Plug-in de comentários do Facebook](#)**Ce traducteur portable**

MUAMA Enence

Cette inventio  
permet de pai

A actual petição encontra-se alojada no site Petição Pública que disponibiliza um serviço público gratuito para todos os Portugueses apoiarem as causas em que acreditam e criarem petições online. Caso tenha alguma questão ou sugestão para o autor da Petição poderá fazê-lo através do seguinte link [Contactar Autor](#)



## Ce traducteur portable

Anúncio Muama Enence



## Aeroporto da Portela: queremos ser informados e ouvidos...

peticaopublica.com



## La compagnie des Caraïbes

Anúncio Air Caraïbes



## Destituição de Andreia Galvão e restante direcção do Convento...

peticaopublica.com



## Long Beach Île Maurice

Anúncio Mauritius Travel



## Petição Porto de Sta. Iria Pela venda de arroz a granel em Portugal (Ribeirinha)

peticaopublica.com



## Pela venda de arroz a granel em Portugal

peticaopublica.com

Eslovénia
Espanha
Estónia
Finlândia
França
Irlanda

## petição para a de uma taxa de distinta da norr

peticaopublica.com

Outra Petições que lhe podem interessar



Recusamos José Sócrates como comentador da RTP



Redução do Número de Deputados na Assembleia de 230 para 180.



Militar da GNR condenado a 9 anos de prisão!



Nova Lei para Protecção dos Animais em Portugal

### PROCURAR POR CATEGORIAS

Ambiente	Artes e Cultura
Ciência e Tecnologia	Desporto
Direitos dos Animais	Educação
Entretenimento e Media	Legislação e Justiça
Política e Governo	Religião
Saúde e Bem-Estar	Sociedade

O site Petição Pública encontra-se registado na Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) com o número 9327/2009.

Gosto 176

O direito de petição pode considerar-se como um dos mais antigos direitos fundamentais dos cidadãos face ao poder político, encontrando-se previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, no capítulo dos direitos, liberdades e garantias de participação política.

Sobre Nós | FAQ | Política de Privacidade | Termos e Condições | Ajuda | Contacto

Petição Pública © 2019. Todos os Direitos Reservados.